

RECURSO ESPECIAL nº 1545169 - RS (2015/0180886-3)

RELATOR : MIN. BENEDITO GONÇALVES

RECORRENTE : ADRIANA DA SILVA MACHADO

RECORRENTE : IVETE MARIA ESCALANTE FARIAS

ADVOGADOS : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS - DF005939

: GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA E OUTRO(S) - RS023021

: THIAGO CECCHINI BRUNETTO - RS051519

RECORRIDO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 28,86%. PAGAMENTOS ADMINISTRATIVOS. JUROS NEGATIVOS. NÃO PRECLUSÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Adriana da Silva Machado e outra, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fls. 1.090-1.097):

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 28,86%. PAGAMENTOS ADMINISTRATIVOS. JUROS NEGATIVOS. PRECLUSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. A aplicação de juros negativos não implica incidência de juros, mas justamente o contrário, ou seja, trata-se de extração de juros sobre o período em que não existe mais a mora, garantindo a equivalência de critérios entre os cálculos das parcelas devidas e do abatimento dos pagamentos administrativos. (TRF4 5009667- 82.2014.404.0000, Quarta Turma, Relator p/ Acórdão Candido Alfredo Silva Leal Junior, juntado aos autos em 05/06/2014).

2. O valor do complemento do salário mínimo não deve sofrer a incidência do reajuste de 28,86%, nem deve ser compensado na apuração das diferenças daquele reajuste sobre as demais verbas remuneratórias.

3. Tendo sido definido na ação de cumprimento que houve reestruturação na carreira, não mais existem diferenças do índice de 28,86% a favor de servidor a partir de então, matéria que pode ser alegada a qualquer tempo enquanto não decididos os embargos.

4. Sendo ambas as partes vencedoras e vencidas, cada uma pagará honorários de 10% sobre a parte que decaiu, compensando-se na parte cabível na forma do art. 21 do CPC.

5. Embora não tenha ocorrido ofensa aos dispositivos legais e constitucionais mencionados pela parte, dá-se por prequestionada a matéria para evitar embargos de declaração.

Os embargos de declaração opostos pelos autores foram parcialmente providos para o fim exclusivo de prequestionamento (fls. 1.121-1.124).

As recorrentes em suas razões inicialmente alegam afronta ao art. 535, II, do CPC/1973, sob o pretexto de que o Tribunal local não se manifestou sobre a "alegação de preclusão do pedido de compensação do reajuste de 28,86% com aquele decorrente da

reestruturação da carreira da parte exequente" (fl. 1136, e-STJ).

No mérito, sustentam que, quando da oposição dos presentes embargos do devedor, a reestruturação de carreira não foi suscitada, bastando consultar os autos originários para se ver que a questão deixou de ser abordada na exordial, sendo manifesta, portanto, a preclusão da matéria" (violação dos arts. 474 e 474 do CPC/1973).

Requerem ao final o provimento do recurso, a fim de "julgar improcedente o pedido formulado nos embargos e reconhecer que o reajuste de 28,86% deve incidir tal como lançado na conta exequenda, ou seja, com diferenças inclusive depois dos efeitos da nova carreira" (fl. 1.189, e-STJ).

Contrarrazões oferecidas às fls. 1.251-1.265.

Crivo positivo de admissibilidade à fl. 1.268.

É o relatório. Passo a decidir.

Anote-se que os recursos interpostos com fulcro no CPC/1973 sujeitam-se aos requisitos de admissibilidade nele previstos, conforme diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ.

Na espécie, as recorrentes desde a origem insurgem-se contra sentença que julgou parcialmente procedentes os embargos à execução de diferenças de 28,86%.

As recorrentes alegam inicialmente violado o art. 535, II, do CPC/1973, sob o pretexto de que o acórdão recorrido foi omisso acerca da preclusão.

Ocorre que, quando do julgamento do recurso de apelação, referida tese já havia sido enfrentada, *in verbis*:

Na sua apelação a União busca limitar as diferenças cobradas pela embargada ADRIANA a fevereiro de 2008, tendo em vista a reestruturação da respectiva carreira promovida pela Lei 11.748/08.

Embora concordando que ficou definido no processo de cumprimento da obrigação de fazer que houve, de fato, reestruturação da carreira desta embargada em fevereiro de 2008, o magistrado a quo não limitou os cálculos a essa data porque tal alegação não foi feita na inicial dos embargos e sim no curso da ação incidental.

Entendo que nessa hipótese não há preclusão.

Com efeito, segundo dispõe o art. 586 do CPC, 'a execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível'. Já o art. 598 do mesmo Código estabelece que 'aplicam-se subsidiariamente à execução as disposições que regem o processo de conhecimento'.

De sua vez, o parágrafo 3º do artigo 267 do CPC estabelece que o juiz pode conhecer de ofício da matéria relativa aos pressupostos processuais, das condições da ação e outras matérias de ordem pública, inexistindo preclusão, portanto, em relação a esses temas. (fl. 1.093, e-STJ).

Nesse contexto, ao contrário do que faz crer os recorrentes, julgou-se, de maneira fundamentada, integralmente a controvérsia em conformidade com o que apresentado, não havendo falar em violação do artigo 535 do CPC/1973. Ou seja, a tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Como reforço de fundamentação, consigne-se que o STJ tem reiteradamente decidido no sentido de que o julgador não se obriga a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. CLÁUSULAS CONTRATUAIS. REEXAME. SÚMULA 5 DO STJ. APLICAÇÃO.

2. **Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o órgão judicial, de forma coerente e adequada, externa fundamentação suficiente à conclusão do acórdão recorrido.**

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.547.356/PR, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 29/11/2018)

Por último, anoto que o recurso não merece êxito. Isso porque o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência do STJ no sentido de "a preclusão da parte não atinge o juiz, o qual tem o dever de zelar pela correta execução do título judicial" (REsp 1.730.890/CE, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 7/12/2018).

Ante o exposto, **nego** provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator